



SEÇÃO: SEÇÃO LIVRE

Mulheres trabalhadoras rurais em Portugal: identidade e reconhecimento profissional (1980-1990)

*Rural women workers in Portugal: identity and professional recognition (1980-1990)**Trabajadoras rurales en Portugal: identidad y reconocimiento profesional (1980-1990)***Giovana Ilka Jacinto****Salvaro¹**orcid.org/0000-0003-0884-1923giovanailka@gmail.com**Maria da Conceição****de Oliveira Carvalho****Nogueira²**orcid.org/0000-0002-9152-754Xcnogueira@fpce.up.pt**Recebido em:** 31 jan. 2022.**Aprovado em:** 9 fev. 2023.**Publicado em:** 8 maio 2023.

Resumo: No presente texto, buscamos analisar a produção identitária e profissional de mulheres como trabalhadoras rurais em Portugal, nas décadas de 1980 e de 1990, no âmbito de estudos/eventos acadêmicos e governamentais. Por meio da análise de fontes escritas, publicadas ao longo do período, verificamos a contribuição acadêmica e governamental na visibilização de desigualdades de gênero nas relações de trabalho, em contextos rurais e agrícolas, assim como na construção identitária e de demandas por direitos de reconhecimento profissional das mulheres trabalhadoras.

Palavras-chave: trabalhadoras rurais; desigualdades de gênero; identidade; reconhecimento profissional.

Abstract: In the present text, we seek to analyze the identity and professional production of women as rural workers in Portugal, in the 1980s and 1990s, within the scope of academic and governmental studies/events. Through the analysis of written sources, published throughout the period, we verified the academic and governmental contribution in the visibility of gender inequalities in labor relations, in rural and agricultural contexts, as well as in the construction of identity and demands for professional recognition rights of working women.

Keywords: rural workers; gender inequalities; identity; professional recognition.

Resumen: En el presente texto, buscamos analizar la identidad y la producción profesional de las mujeres como trabajadoras rurales en Portugal, en las décadas de 1980 y 1990, en el ámbito de estudios/eventos académicos y gubernamentales. A través del análisis de fuentes escritas, publicadas a lo largo del período, verificamos la contribución académica y gubernamental en la visibilización de las desigualdades de género en las relaciones laborales, en contextos rurales y agrícolas, así como en la construcción de identidad y demandas de derechos de reconocimiento profesional de mujeres trabajadoras.

Palabras clave: trabajadoras rurales; desigualdades de género; identidad; reconocimiento profesional.

Deslocamentos territoriais e a construção de outros olhares

No presente texto, buscamos analisar a produção identitária e profissional de mulheres como trabalhadoras rurais em Portugal, nas décadas de 1980 e de 1990, no âmbito de estudos/eventos acadêmicos e governamentais. Integra uma pesquisa de pós-doutoramento, realizada entre os anos de 2019 e 2020, em Portugal, na Faculdade de Psicologia



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, SC, Brasil.

² Universidade do Porto (UP), Porto, Portugal.

e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). O interesse pelo tema se inscreve na trajetória acadêmica da primeira autora, que envolve o desenvolvimento de pesquisas sobre mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, sobretudo, em sistemas de agricultura familiar, amplamente, compreendida como aquela em que o trabalho é realizado pela família proprietária dos meios de produção e que contempla diversas situações singulares (WANDERLEY, 2009).

No Brasil, desde a década de 1980, trabalhadoras(as) rurais se organizam na luta por terra, por melhores condições de trabalho, por reconhecimento profissional, entre outros direitos fundamentais para a reprodução da vida e da agricultura. Quanto ao lugar ocupado pelas mulheres nas mobilizações em defesa do trabalho que realizam e de seu reconhecimento, com base nos estudos já realizados, é possível verificar que movimentos brasileiros de mulheres rurais, nas décadas de 1980 e de 1990, foram criados em lutas por reconhecimento identitário e profissional. Maria Ignez Paulilo (2003), Carmen Diana Deere (2004) e Rosineide de L. M. Cordeiro (2004), Giovana I. J. Salvaro (2010) evidenciaram que atividades desenvolvidas por mulheres em contextos rurais brasileiros começaram a ser reconhecidas como trabalho passível de direitos trabalhistas e previdenciários na década de 1990, como resultado da intensa mobilização nacional de movimentos sociais rurais de mulheres.

Como se configurou o interesse pela análise da produção identitária e profissional de mulheres como trabalhadoras rurais em Portugal? Em uma direção muito importante, é preciso dizer que o questionamento da temática no campo dos estudos de gênero e das relações de trabalho, não limitadas a um país, implica problematizar normas que excluem mulheres, sustentam e legitimam desigualdades. A partir da visão de Judith Butler (2006), podemos colocar em questão normas de gênero que instituem seu próprio regime regulador de reconhecimento ou não do traba-

lho realizado por mulheres e de possibilidades identitárias como sujeitos de direito.

Desse modo, interrogamos situações que podem se repetir em relações de trabalho na agricultura, pautadas por normas de gênero, as quais instituem e regulam, por sua vez, divisões e desigualdades limitadoras no reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais. No entanto, com base em pressupostos de Michel Foucault (2013), ao analisar as relações de poder³ que operam na produção de sujeitos, não se trata de negar estratégias de resistências e de questionamentos acerca do não reconhecimento. Ao contrário, convém identificar e analisar "estratégias de confronto", visto que "[...] não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem volta eventual" (FOUCAULT, 2013, p. 293-294).

Essas considerações introdutórias dizem da abertura para análises sobre estratégias de enfrentamento em contextos normativos que tendem ao não reconhecimento de sujeitos em determinadas relações de trabalho. Certamente, outras situações de reconhecimento ou não poderiam ser aqui tratadas, com foco em regiões brasileiras ou em outros países. Retornando a questão sobre o interesse pelo tema em Portugal, para além dos pontos identificados, o deslocamento territorial e a construção de outros olhares foram despertados em diálogos com pesquisadoras(as) portuguesas(as), pela participação em eventos específicos sobre estudos rurais em Portugal e pela aproximação de narrativas de resistência das mulheres em diferentes contextos e enfrentamentos políticos, as quais demonstram que o reconhecimento e a conquista de direitos foram resultados diretos da própria luta, como descrito por Maria Manuela Paiva Fernandes Tavares (2008).

Não se trata de uma análise comparativa entre o Brasil e Portugal, pois reconhecemos a singularidade dos processos históricos e das características populacionais, socioeconômicas e culturais

³ É fundamental lembrar que o conceito de poder tal como pensado por Foucault (2013, p. 187) e que permite uma aproximação analítica ao tema em estudo é exercido em relações entre indivíduos, isto é, [...] existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreve em um campo de possibilidade esparsa que se apoia em estruturas permanentes."

de cada país. Sabemos ainda que a construção de um conhecimento não é neutra e que emerge, em determinado território e período, desvelando campos de luta e de enfrentamentos, que visibilizam sujeitos e formas de existência. Ao longo do texto, porém, trazemos reflexões teóricas sobre o tema no Brasil, não de modo comparativo, com o objetivo de evidenciar discussões teóricas e conceituais sobre o objeto de estudo.

Em tal direção, como observado no caso do Brasil, destacamos que as décadas de 1980 e de 1990 foram identificadas, também, como de relevância aos propósitos da produção identitária e do reconhecimento profissional de mulheres em situações de trabalho rural em Portugal. Esclarecemos que a delimitação do período não foi pressuposta, mas orientada pelos registros localizados e pelo modo como possibilitaram refletir acerca das condições de possibilidade de determinadas lutas por direitos de trabalhadoras rurais em Portugal, fundamentais em contextos de redemocratização do próprio país, após abril de 1974, com o fim de uma ditadura militar de 48 anos. A abertura democrática em Portugal possibilitou a emergência de um "[...] conjunto de movimentações sociais com elevada participação das mulheres" (TAVARES, 2008, p. 190).

No texto intitulado *Estudos sobre as mulheres em Portugal – um olhar sobre o passado*, Maria Regina Tavares da Silva (1999, p. 22)⁴ discorreu sobre o desenvolvimento do interesse pela "problemática" e o estabelecimento de "[...] protocolos entre instituições universitárias e a Comissão da Condição Feminina no sentido de apoiar este tipo de investigação em várias áreas". A Comissão da Condição Feminina (CCF) foi institucionalizada pelo Decreto-Lei n.º 485/77, de 17 de novembro de 1977⁵ (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2013). No entanto, o processo de criação e de institucionalização da CCF remete à formação de um "Grupo de Trabalho para a

Participação das Mulheres na Vida Económica e Social", no ano de 1970, liderado por Maria de Lourdes Pintasilgo, conforme registrado por Rosa Monteiro (2010).

Na década de 1980, "[...] ainda que timidamente, as questões relativas à situação das mulheres passaram da margem para dentro do círculo do debate político e os 'estudos sobre as mulheres' encontraram novas formas de expressão e um novo aprofundamento." (SILVA, 1999, p. 21). Maria Manuela Paiva Fernandes Tavares (2008, p. 2) observou que a essa fase acresce a relação com "[...] as universidades em busca de uma afirmação disciplinar e das próprias mulheres nessas instituições sucede uma outra, na década de 1990, de maior impulso na construção de um espaço científico social para estes estudos".⁶ Porém, no âmbito dos estudos sobre mulheres e feministas em Portugal, foi uma relação tardia em comparação a outros países: "Procurando questionar a forma como se produzia a Ciência, em Portugal, a insuficiência teórica dos feminismos não permitiu esta inter-relação matricial na história dos Estudos sobre as Mulheres" (TAVARES, 2008, p. 32).

A correlação entre produções acadêmicas e ações governamentais não implica afirmar a ocorrência de acordos diretos, mas estudos e debates sobre mulheres em agendas coexistentes. Sendo assim, neste texto, reunimos e analisamos fontes escritas (livros, artigos, dissertações, teses, atas de eventos), referentes às décadas de 1980 e de 1990, resultantes de estudos acadêmicos de diversas áreas do conhecimento, eventos específicos organizados por instituições universitárias e órgãos governamentais. Foram consultados acervos institucionais do Centro de Informação e Documentação da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), de revistas científicas e de bibliotecas universitárias, em Coimbra, Lisboa e Porto.

Compreendemos que a formação de determi-

⁴ Na ocasião da publicação do texto, Maria Regina Tavares da Silva era Assessora Principal da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, em Portugal.

⁵ No ano de 1991, o Decreto-Lei n.º 166/91, de 9 de maio, criou a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), "[...] que substituiu a Comissão da Condição Feminina [...]"; no ano de 2007, o Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de maio, aprovou "[...] a orgânica da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género." (CIG, 2013, p. 36, 41).

⁶ Manuela Tavares (2008, p. 31) ressaltou a criação da "Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM) [...]", em 1991, e a presença, como associadas, de muitas das técnicas da Comissão da Condição Feminina.

nado corpus analítico constitui em si o processo de construção do próprio "objeto" do conhecimento, configurando possibilidades sempre parciais e não resultantes de itinerários definidos *a priori* e seguidos por uma cadeia sequencial de etapas. Como parte dos diálogos estabelecidos com estudiosos(as) dos campos dos estudos rurais, estudos sobre mulheres e feministas, das leituras e do levantamento de informações, o período (décadas de 1980 e 1990) foi definido a partir dos principais achados da pesquisa, evidenciando condições históricas, distintas e importantes para o debate do tema em questão.

Como preocupação histórica, a produção acerca das mulheres como trabalhadoras, em contextos laborais rurais e agrícolas,⁷ articula a produção discursiva de sujeitos e a constituição de um objeto de estudo. Foucault (2005, p. 8) demonstra "[...] como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento". Trata-se de colocar em relevo que o "[...] próprio sujeito de conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou, mais claramente, a própria verdade tem uma história" (FOUCAULT, 2005, p. 8).

Crítico à noção de uma origem e de um *a priori* a propósito da constituição de um sujeito, Foucault (2005, p. 10) se remete a "[...] um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história." Embora tratemos de um período temporal específico e sugestivo de um fluxo cronológico de fatos, procuramos escapar de uma perspectiva originária de processos, ou de localizar fios condutores que digam de certa origem, e de interrogar como emergem processos de produção identitária atrelados a condições de possibilidades geográficas, populacionais, socioeconômicas, culturais e políticas.

Identidades e igualdade de gênero em contextos de ruralidade

Pelo posicionamento do debate das identidades e da igualdade de gênero em contextos de ruralidade no campo da psicologia social, em diálogo com outros campos do conhecimento, intencionamos situar a análise na direção de uma "[...] psicologia feminista, que reconheça que a produção do conhecimento é um processo discursivo e político, que não pretende 'descobrir' as razões para os fenômenos, antes intervir na sua alteração [...]", o que "[...] implica assumir um posicionamento reflexivo, crítico, e de comprometimento, isto é, a necessidade de um novo vocabulário de valores" (NOGUEIRA, 2001, p. 245).

Consideramos a necessidade de uma leitura interdisciplinar que possibilite analisar as formas de agricultura como lugares de produção da vida, em uma compreensão não limitada a um conjunto de atividades de caráter técnico. Com fortes componentes simbólicos, as relações de trabalho são demarcadas por concepções de feminilidade e masculinidade, instituindo posições sociais para mulheres e para homens em diferentes temporalidades. Nesse ponto, situa-se o desafio de analisar desigualdades históricas de gênero que se reproduzem em atividades atribuídas às mulheres e aos homens, por seu turno, fundadas em diferenças naturalizadas e empregadas para justificar tratamentos desiguais.

Embora se reconheça o caráter normativo e exclusivista da categoria identidade no que compreende o sentido do termo "mulheres", como observa Judith Butler (1998, 2003, 2006), em contextos de luta pela igualdade de gênero, a mobilização social demanda a construção de determinada identidade, em nome da qual se produzem e representam os sujeitos políticos. Nesse caso, "[...] os domínios da 'representação' política e linguística estabelecem *a priori* o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como

⁷ No presente estudo, a referência aos contextos rurais e agrícolas é orientada pela compreensão de territórios rurais com foco em atividades agrícolas. Estudos sobre o tema problematizam a limitação do rural ao agrícola, de modo a evidenciam a realização de atividades não agrícolas em contextos rurais, conforme analisado por Maria José Carneiro (2008).

sujeito." (BUTLER, 2003, p. 18). A produção de determinado sujeito se faz "[...] mediante atos de diferenciação que o distinguem de seu exterior constitutivo [...]" (BUTLER, 1998, p. 30).

Logo, não se sugere um esvaziamento político da categoria. A função política da identidade e o modo como se constitui marcam o percurso analítico. Trata-se de uma concepção de identidade em oposição à noção de algo unitário, estável e pressuposto pela identidade substantivada. As concepções de gênero, de sujeitos e de identidades são tomadas como produções a partir de regimes de saberes/poderes. Vislumbra-se a centralidade analítica do gênero como mecanismo de produção/naturalização do feminino e do masculino, bem como de desconstrução e de desnaturalização, conforme preceitua Butler (2003, 2006, 2017). A concepção de sujeito como enunciado histórico, efeito da articulação de saberes e de poderes, como pressupõe Michel Foucault (2011, 2013), possibilita problematizar universalismos e essencialismos, discursos normativos que produzem feminilidades e masculinidades, visto que remete ao campo da linguagem e ao fato de que as práticas são construções históricas.

Então, é fundamental problematizar agenciamentos que produzem enunciados sobre a hegemonia do masculino como categoria universal do reconhecimento profissional, evidenciando a emergência de lutas por reconhecimento de mulheres como trabalhadoras. Buscando uma aproximação da concepção perspectivada por Foucault (2013), importante considerar que se trata da objetivação de sujeitos por práticas discursivas e, nessa direção, fazem emergir corpos os quais trabalham e que, por diferentes razões, não são visíveis. Do mesmo modo, diante da identificação normativa do masculino como sujeito trabalhador, emergem práticas de resistência e de luta pelo reconhecimento de existências de trabalhadoras em movimentos de individualização, constituição de coletividades e visibilidade identitária.

Ao ajustar o foco de estudo para a produção da identidade trabalhadora rural, são interro-

gadas práticas que constituem identidades em processos historicamente situados, como efeitos de resistência e de luta pela igualdade de gênero. Com base no argumento de Linda Nicholson (2000, p. 34), em contraposição ao feminismo da diferença e à necessidade de atentar para a "[...] historicidade dos padrões que revelamos [...]", há que se contribuir para reafirmar a importância de estudos "[...] sobre mulheres em contextos específicos."

Como "categorias diferenciadas", em consequência de complexas relações locais e globais de poder, observamos a pertinência da produção de identidades e do reconhecimento profissional de mulheres como trabalhadoras rurais, que habitam e desenvolvem atividades em territórios concretos de existência. Na teoria e na prática feministas, embora não se considere a "mulher" uma categoria unitária, conforme Brah (2006, p. 341), "[...] o signo 'mulher' tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero." Nesse sentido, a autora problematiza diferenças atreladas às condições sociais e de construção das diversas categorias de mulheres, ao mesmo tempo em que atenta para a não homogeneidade de categorias individuais, posto a pluralidade de coletivos que as constituem, como a exemplo das mulheres da classe trabalhadora.

As relações tecidas implicam problematizar o conceito de trabalho mobilizado para pensar o reconhecimento identitário e profissional em uma perspectiva de gênero. A forma de trabalho rural escapa da classificação instituída pelo compra da força de trabalho em um sistema capitalista, por meio da qual as esferas produtiva e doméstica são cindidas. A inadequação evidente na transposição da lógica capitalista para analisar o trabalho na agricultura familiar, pelo viés do conceito de "trabalho produtivo", relaciona-se a um processo que não é orientado para a "extração da mais-valia" (PAULILO, 2016, p. 208).

Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2009) faz referência a sistemas econômicos não capitalistas e ao pensamento de Alexander Chaya-

nov, na análise sobre a produção familiar na agricultura, ressaltando a originalidade de sua proposta, elaborada a partir de pesquisas sobre o campesinato russo. A força de trabalho dos integrantes da família produz bens, contudo, Chayanov (1981) apontou a ausência de salário e a existência de um rendimento que é indivisível, no âmbito do que foi gerado pelo próprio trabalho, atrelado a condições familiares específicas, como, por exemplo, o tamanho da família, os meios de produção, tamanho e qualidade da terra. O equilíbrio entre as necessidades de consumo e da exploração da força de trabalho familiar é central no processo, conforme estudou o autor.

Regulado por interrelações familiares em situações laborais singulares e de condições de existência coletiva, a verificação desse sistema econômico faz emergir o questionamento sobre o trabalho realizado por mulheres. Ao analisá-lo em regimes de agricultura familiar, Paulilo (2016) se refere ao que não é considerado produtivo e se situa na esfera doméstica, indagando que, embora invisível em uma perspectiva meramente econômica, por exemplo, produz alimentos para o consumo familiar e para ser comercializado. Essa análise evidencia um processo que pode contribuir para reforçar a separação entre produtivo e reprodutivo. No âmbito da divisão sexual do trabalho, observamos desigualdades de gênero na constituição da divisão e da valoração, fundada em uma "ideologia naturalista", dos trabalhos realizados por mulheres e por homens, respectivamente, nas esferas reprodutiva e produtiva (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Frente a esses apontamentos, é visto que a valoração do trabalho é dimensionada pela separação dessas esferas, pelo trabalho realizado e por quem o realiza, mulheres ou homens, intercruzando-se na construção das desigualdades de gênero. A divisão instituída pelo gênero forja o trabalho realizado por mulheres em uma dimensão de apagamento e de desvalor, com implicações na constituição de identidades e de reconhecimento como trabalhadoras rurais. Assim como opera o apagamento e o desvalor, as produções identitárias de mulheres como traba-

lhadoras rurais e de reconhecimento profissional estão interrelacionadas em campos discursivos de representação dos sujeitos de direito. Portanto, como anunciado, é necessário tratar de um período temporal e não originário de um processo, de modo a problematizar como se constituem sujeitos, identidades e reconhecimento profissional no corpus analítico aqui recortado.

Mulheres trabalhadoras rurais em Portugal como sujeitos de (re) conhecimento

O estudo de Brian Juan O'Neill (1984), intitulado *Proprietários, lavradores e jornaleiras: desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978*, problematizou a ideia de territórios rurais iguais e reafirmou a existência de relações sociais e de populações distintas. Os casos das casas de dona Elvira (proprietária) e de Engrácia (pequena agricultora), analisados pelo autor, são representativos de dessemelhanças populacionais, nas formas de habitar um território e de constituírem-se mulheres trabalhadoras.

Dona Elvira, proprietária, possuía uma área de exploração de 48,8 hectares, filha e herdeira única de seus pais. Engrácia, pequena agricultora, possuía uma área de exploração de 2,00 hectares (incluindo a terra que arrendava) e era mãe de quatro filhos (O'NEILL, 1984). Dona Elvira (74 anos), "[...] embora solteira é chamada pela gente local 'Senhora Dona Elvira', e em consequência do seu elevado nível social é também conhecida localmente como a fidalga." (O'NEILL, 1984, p. 118). Com uma área de exploração diminuta e insuficiente para a subsistência própria e dos filhos, segundo O'Neill (1984, p. 141), "[...] a situação de Engrácia é ainda pior: com quatros filhos ilegítimos, as suas hipóteses de casamento são ainda menores agora que se vai ficando mais velha [tinha 45 anos em 1977]" (acréscimos nossos).

Os fragmentos acima citados contribuem para demonstrar diferentes condições de realização da agricultura e do trabalho, modos de vida e formas singulares de existência. Igualmente, há que se ponderar sobre a existência de diferenciações regionais, atreladas a conjuntos de fatores não

generalizáveis, uma vez que são decorrentes de localizações geográficas (solo, vegetação, clima), condições da exploração agrícola e das singularidades populacionais, variáveis ao longo do tempo.

No que se refere às condições da agricultura em Portugal, é importante observar os processos que emergiram, no final na década de 1970, em um cenário político marcado pelo final de um período ditatorial, iniciado na década de 1920, com crises econômicas e políticas, lutas pela terra e emigrações populacionais para diferentes países. Como representativo de uma conjuntura, em referência à primeira metade da década de 1970, Fernando Oliveira Baptista (1994) ressaltou a queda da ditadura e abordou pontos, que envolviam a agricultura e a questão da terra na interface com os sistemas econômico e político, de forma a problematizar o processo de reforma agrária, o êxodo agrícola, os processos de industrialização e urbanização, os efeitos da adesão do país, em 1986, à Comunidade Europeia, as mudanças ocorridas no quadro da agricultura e a Política Agrícola Comum (PAC).

Diante dos êxodos rural e agrícola, mudanças e/ou permanências na agricultura e nos modos de vida das populações rurais não configuraram efeitos isolados. Cabe esclarecer que esses êxodos podem estar relacionados, quando se observa, por exemplo, o êxodo da população rural em decorrência da realização de atividades não agrícolas que impossibilitam a permanência em territórios rurais. No contexto em estudo, o decréscimo acentuado da população ativa agrícola, a partir da década de 1960, em decorrência de processos de emigração populacional para outros países, do deslocamento da força de trabalho para outros setores econômicos e de mudanças no uso da terra, foi problematizado em estudos realizados por Carminda Cavaco (1981b, 1985), Afonso de Barros (1981), Aida Valadas de Lima (1991) e Fernando Oliveira Baptista (1994).

No caso de explorações agrícolas familiares, as agriculturas de pluriatividade e o plurirrendimento se configuraram importantes para a reprodução da própria exploração, tendo em

vista que possibilitam a obtenção de receitas oriundas da combinação de atividades internas/externas à exploração agrícola (agrícolas e não agrícolas, sazonais ou temporárias) e de rendimentos (juros de poupança, reformas, pensões sociais, rendimentos enviados por emigrados), entre outras (CAVACO, 1981b, 1985; LIMA, 1991).

Em relação ao decréscimo populacional rural e agrícola, a partir de 1950, foram constatados aspectos relacionados à emigração para outros países e o deslocamento da força de trabalho para outros setores da economia. Nas décadas posteriores, o decréscimo da população ativa na agricultura se intensificou em decorrência da ocupação da força de trabalho (de regressados do exterior e de populações não emigradas) fora da agricultura e no setor terciário; ou, ainda, pelo fato de ela estar ocupada em "[...] uma pequena agricultura de complemento o que, como é evidente, não é suficiente para os classificar como profissionais agrícolas" (MATEUS, 2009, p. 179).

A constatação acima dimensiona a interface das condições de realização da agricultura e do reconhecimento profissional dos(as) trabalhadores(as) rurais. Com relação ao reconhecimento das mulheres como trabalhadoras, em determinados regimes de produção e relações de trabalho, indagamos sobre as formas de participação na agricultura e as (in)visibilidades no tocante a atividades realizadas, forjadas em temporalidades e em territórios (locais, regionais, nacionais e transnacionais) inter-relacionados. Conforme descrito, em regimes de agricultura familiar no Brasil, as reflexões teóricas evidenciam desvalorização de atividades realizadas por mulheres e da produção dela resultante, as quais são consideradas reprodutivas, de subsistência da própria família e não relacionadas à produção agrícola comercial, embora possa ser. As desvalorizações do trabalho realizado por elas e da própria agricultura desenvolvida em regime familiar, em grande medida, podem contribuir para o êxodo rural das populações mais jovens em busca das ofertas de trabalho no meio urbano. No texto elaborado por Ana Amélia Camarano e Ricardo Abramovay (1999), no Brasil, envolvendo um período de 50

anos, verifica-se que a participação das mulheres jovens é preponderante entre a população jovem que deixa o meio rural, culminando na chamada "masculinização do meio rural", bem como envelhecimento da população rural.

Certamente, as condições evidenciadas no Brasil apresentam peculiaridades e contradições decorrentes de agriculturas com objetivos muito diferentes, construídos em interlocução com o próprio mercado. Porém, assemelham-se situações que desafiam fronteiras geográficas e que nos permitem observar dimensões relevantes para pensar limites ao reconhecimento do trabalho e das mulheres como trabalhadoras, entre os quais, por exemplo, a desvalorização da própria agricultura desenvolvida por elas em face dos regimes econômicos de cada país, o êxodo seletivo e declínio da população rural. Uma situação que evidencia um movimento migratório diferente nos dois países diz respeito aos processos identificados como de "masculinização" e de "feminização", respectivamente, do meio rural brasileiro e do meio rural português, nos períodos em análise.

Na direção dos processos identificados em Portugal, apuramos que estudos sobre mulheres em contextos de trabalho rural constataram declínios na produção agrícola, mudanças na ocupação dos territórios rurais e nas formas de agricultura, como resultados, em grande medida, de deslocamentos populacionais seletivos, demarcados por questões de gênero, de classe e geracionais, ocasionando processos de "feminização" da agricultura.

Sobre alguns desses processos, em comunicação apresentada no *Seminário sobre as Agricultoras da Europa Mediterrânea – os homens e o trabalho*, realizado em Madrid, entre os dias 12 e 13 de maio de 1981, Carminda Cavaco (1981a) fez referência ao envelhecimento e à feminização da população ativa agrícola em países em desenvolvimento e problematizou a ocorrência de processos semelhantes em Portugal. Por meio de informações precedentes e relativas aos Recenseamentos da População de 1950, 1960 e 1970 e ao "Inquérito às Explorações Agrícolas

do Continente, de 1968" (CAVACO, 1981a, p. 1), foi apresentada uma análise da evolução da população ativa agrícola por sexo, abrangendo o país de forma integral e os distritos, bem como a população agrícola feminina e a "feminização" da agricultura por concelhos. Em que pesem as variações populacionais ao longo do período e as diferenças territoriais, a exposição de desagregações analíticas detalhadas mostrou acentuada redução da população ativa agrícola de ambos os sexos, sobretudo nos anos de 1960, resultando na diminuição de, aproximadamente, metade dos(as) efetivos(as), com a predominância do sexo masculino (CAVACO, 1981a).

Processos de emigração masculina, deslocamentos da força de trabalho de homens para outros setores da economia e a crescente participação das mulheres na agricultura, assim como significativas alterações ocorridas na dinâmica familiar e nas relações de trabalho, em diferentes regiões do país, foram analisadas nos estudos de Karin Wall (1982), Isabel Rodrigo (1985, 1994), Afonso de Barros e Fernando Ribeiro Mendes (1983), Maria Manuela Macedo Ribeiro (1992, 1998) e Maria de Lurdes Póvoa da Fonseca Roxo Mateus (2009).

No contexto das unidades produtivas agrícolas, cuja força de trabalho era de natureza familiar, Rodrigo (1994) ressaltou que o advento de uma progressiva feminização da agricultura, nas últimas três décadas, estava relacionado ao êxodo rural masculino, envolvendo formas de emigração (sazonal ou não), como já referido, e ao desenvolvimento de atividades fora da própria exploração. Em casos analisados por Wall (1982), a responsabilidade pelas atividades agrícolas era das mulheres, antes da partida dos homens, mesmo que em alguns momentos elas assumissem as tarefas consideradas mais "pesadas", socialmente destinadas a eles, por exemplo; porém, com a ausência dos homens, em algumas situações, as mulheres realizavam todas as tarefas agrícolas. Aqui, é imprescindível considerar que processos laborais desiguais, balizados pela divisão sexual do trabalho entre mulheres e homens, contribuem para o "apaga-

mento" de um conjunto de atividades realizadas pelas mulheres, fundamentais para a produção/reprodução de modos de vida e de existências em contextos rurais envolvendo atividades domésticas e de cuidado.

Por conseguinte, em uma perspectiva de gênero, podemos interrogar a respeito da combinação de fatores socioeconômicos, políticos, culturais, subjetivos, fundantes das agriculturas em evidência, como forma de provocar deslocamentos e leituras não capturadas pelo imperativo "divisão por sexo". Na compreensão conceitual de gênero ora mobilizada, a análise de atividades realizadas por homens e mulheres, se considerada de forma restrita a divisão por sexo, pouco revela sobre questões de ordem simbólica implicadas em posições hierárquicas e desiguais em contextos laborais. Logo, há que se problematizar os regimes de produção e as relações de trabalho.

A emigração dos homens produziu mudanças na situação das mulheres e na divisão do trabalho na agricultura de base familiar, além de outros fatores inter-relacionados nas agriculturas de plurirrendimento, de pluriatividade ou de tempo parcial podem ser identificados. Por exemplo, no quadro investigado por Ribeiro (1992), a emigração masculina se apresentou como estratégia e projeto comum de reprodução socioeconômica. Nesse sentido, ocorreram encaminhamentos familiares que alteraram a condição das mulheres na própria família e nas atividades ante os encargos e as responsabilidades assumidas.

O estudo produzido por Afonso de Barros e Fernando Ribeiro Mendes (1983) trouxe a análise do processo de emigração e efeitos de ruptura com a atividade agrícola em algumas situações e a manutenção de atividades por meio de recursos financeiros obtidos fora da exploração agrícola, configurando uma natureza complementar e secundária. Na agricultura de natureza complementar, verifica-se o crescimento do fenômeno da pluriatividade, uma vez que alternativas de remuneração não agrícolas foram sendo produzidas.

Os efeitos das mudanças ocorridas puderam ser observados nas relações de trabalho e ao que pode ser considerado como trabalho, na

medida em que se questionam a concepção e o próprio reconhecimento, ou não, das atividades realizadas na exploração agrícola em uma lógica de complementaridade. No quadro da agricultura subordinada à indústria, "[...] concretizada no espaço nacional ou mediada pela emigração para o estrangeiro, a par do envelhecimento e da feminização da população agrícola, vai decrescendo o peso dos 'profissionais' da agricultura e aumentando a representação dos que desta fazem mera actividade de apoio" (BARROS; MENDES, 1983, p. 78).

As evidências sugerem questionar a forma como a participação das mulheres foi sendo desvalorizada e distanciada de reconhecimento profissional. Os motivos extrapolam uma compreensão de cunho monetário e que justificaria uma agricultura de menor valor, pois se relacionam à produção para o aprovisionamento e a subsistência dos(as) integrantes do núcleo familiar. É possível questionar o crescente interesse pela intensificação de formas de agricultura que monopolizam e expandem áreas de cultivo, excluem trabalhadores(as) ou estabelecem relações de precarização, impondo limitações à permanência de gerações mais jovens e produzem despovoamento rural. Quanto às relações de gênero, é crucial problematizar a exclusão das mulheres ou o recrutamento como força de trabalho secundária e subalternizada, em decorrência do que se convencionou pela divisão sexual do trabalho.

Como demonstram alguns dos estudos, as populações agrícolas de igual modo são invisibilizadas e desvalorizadas e, no caso das mulheres, a falta de reconhecimento profissional se sobrepõe como efeito das desigualdades de gênero. No processo de feminização da agricultura e do declínio monetário das explorações agrárias, atividades realizadas pelas mulheres, embora fundamentais para integrar o montante dos recursos obtidos fora da exploração agrícola ou nas situações de emigração, foram desvalorizadas.

As situações de feminização das explorações agrícolas, por causa dos determinantes explicitados, demonstraram que a limitação em termos de possibilidades socioeconômicas de reprodução

da agricultura se conjuga com a instrumentalização das desigualdades de gênero, dado que foram as mulheres que assumiram as responsabilidades por atividades, em substituição aos homens, em um meio rural precário. "Assim, a segmentação do mercado de trabalho delegou prioritariamente às mulheres, principalmente a partir dos anos 60, a atividade agrícola, onde ela vai desempenhar uma função de substituição." (RODRIGO, 1985, p. 321). Em relações desiguais de gênero, construídas e naturalizadas pela divisão sexual do trabalho, a "substituição" pode implicar ausência de uma posição própria na agricultura e do reconhecimento como sujeito que trabalha.

Mulheres trabalhadoras rurais como sujeitos de direito

No campo de estudos sobre mulheres em Portugal, seminários e colóquios realizados na primeira metade da década de 1980 e 1990 representaram marcos importantes para os campos de estudos sobre mulheres em Portugal (SILVA, 1999; TAVARES, 2008), tais como o Colóquio Interdisciplinar Mulheres em Portugal (1985/Lisboa) e o Colóquio A mulher na Sociedade Portuguesa – visão histórica e perspectivas actuais (1985/Coimbra). Sobre os dois colóquios realizados no ano de 1985, Manuela Tavares (2008, p. 30) destacou que se constituíram em importantes referências, tendo em vista o "caráter interdisciplinar" e o "componente da história" no tocante à produção de visibilidade ao estudo das mulheres e das mulheres como "objeto de estudo", o pioneirismo no âmbito acadêmico, "[...] muito fechado e conservador em que as temáticas feministas não encontravam espaço e onde as primeiras investigadoras, que se atreveram a romper com o círculo 'puro' e 'duro' da área disciplinar, tiveram de ter grande coragem."

Nos dois Colóquios realizados em 1985, foram apresentadas comunicações que tratavam de mulheres agricultoras em contextos de ruralidade. O Colóquio de Lisboa, organizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS), ocorreu no período de 4 a 6 de fevereiro de 1985 e teve a coordenação geral de

Maria de Lourdes Lima dos Santos. As comunicações foram publicadas na Revista Análise Social (Revista do Instituto de Ciências Sociais), no ano de 1986 (volume XXII, números 92-93, 1986-3º e 4º). A publicação apresentou uma nota prévia de apresentação e contextualização do Colóquio, de autoria de Maria de Lourdes Lima dos Santos, seguida de um total de 27 textos referentes às comunicações, organizados em quatro blocos temáticos: (1) Mulher – sujeito e objeto de discurso (nove textos); (2) Mulheres e Trabalho (seis textos); (3) Sexualidade, amor e casamento (sete textos); (4) Práticas educativas e de intervenção social (cinco textos).

No bloco temático "Mulheres e trabalho", dos seis textos apresentados, dois tratavam do trabalho de mulheres na agricultura portuguesa, a saber: "Feminização da agricultura", de autoria de Isabel Rodrigo; "A divisão sexual do trabalho na agricultura – elementos para o seu estudo", de autoria de Karin Wall. No bloco temático "Práticas educativas e de intervenção social", o texto intitulado "Da palavra à acção – história de um processo de conscientização de mulheres", de autoria de Marijke de Koning, focou em atividades realizadas com mulheres em contextos rurais. Como referido no tópico anterior e ao encontro dos estudos já citados de Isabel Rodrigo e de Karin Wall, nos textos que integraram o Colóquio de Lisboa, processos de emigração masculina, ocupação da força de trabalho dos homens em outros setores da economia e participação das mulheres da agricultura, seus efeitos na dinâmica familiar e nas relações de trabalho foram temáticas tratadas pelas duas autoras.

A feminização da agricultura em Portugal foi temática tratada por meio da pesquisa realizada em uma freguesia, considerada, por Isabel Rodrigo (1986), representativa da área a qual estava integrada, localizada em região de produção animal e atividade leiteira, produção agrícola para o autoconsumo e autoabastecimento familiar. Como um caso que se diferenciou dos de regiões que sofreram mudanças decorrentes dos processos de emigração, o trabalho no campo já era realizado pelas mulheres pesquisadas

antes do casamento, de forma que se manteve com a saída dos maridos para a realização de outras atividades fora da exploração agrícola. A mudança significativa ocorreu em termos das responsabilidades e da realização de atividades, antes compartilhados entre o casal, que foram assumidas pelas mulheres, resultando em uma sobrecarga de trabalho (RODRIGO, 1986).

Embora a presença significativa de mulheres responsáveis por atividades agrícolas possa trazer uma visão de que as condições eram favoráveis ao processo de construção identitária e de reconhecimento como trabalhadoras, a feminização da agricultura, ao acentuar a precarização das relações de trabalho e a busca por atividades alternativas para manter a sobrevivência, tais como o plurirrendimento e a pluriatividade, colocou em revisão a importância da agricultura familiar na estrutura agrária do país. Nesse cenário, o estudo de Karin Wall (1986) foi representativo para evidenciar fatores interrelacionados nas agriculturas de plurirrendimento, de pluriatividade ou de tempo parcial a partir do estudo de mudanças na dinâmica familiar, com foco na divisão sexual do trabalho. Tendo em conta dados do Recenseamento Geral da População de 1981, Wall (1986, p. 662) destacou:

[...] por um lado, um aumento das situações de campesinato parcial (em que um ou vários membros da família, geralmente, os homens, trabalham como assalariados no exterior da exploração agrícola) e, por outro lado, uma maior feminização da população activa agrícola.

A análise constatou indícios de uma feminização firmada em uma estrutura agrária familiar e na pequena propriedade, com foco na produção para o autoconsumo. Sem desconsiderar a participação histórica das mulheres nas atividades do campo, por meio dos dados analisados, ao longo dos anos, foi considerado o indicativo de uma maior feminização da agricultura em um período mais recente (em relação ao estudo que se situa na década de 1980), de forma particular

no nordeste do país (WALL, 1986).

Marijke de Koning (1986) relatou uma experiência do Projecto de Animação de Raparigas e Mulheres Rurais, conforme nomeado a partir de 1980, mas iniciado em 1975, como Projecto de Animação Sociocultural com Mulheres Rurais, nas zonas de Coimbra e do Porto. O projeto foi uma iniciativa do Graal⁸ e foi realizado em diferentes zonas do País até o ano de 1983. O texto apresentou o relato da experiência do Projeto ocorrida na zona norte, que propiciou a constituição de uma associação autônoma de mulheres, denominada Mulheres a Preparar o Amanhã (MAPA) (KONING, 1986).

Uma das questões problematizadas e que justificou uma atuação com as mulheres rurais estava relacionada ao fato de se tratar de um grupo que historicamente havia sido reduzido ao silenciamento, aos limites da casa, da terra e das relações familiares, como narrado na ocasião: "Herdeiras de um passado que lhes conferia como espaço exclusivo a casa, a família e o pedaço de terra que culminavam, as mulheres continuavam a viver o seu papel de subalternidade, resignadas, sem disso terem uma consciência clara" (KONING, 1986, p. 827). Dessa forma, desenvolvido por meio de uma metodologia própria e singular aos contextos onde ocorria, o projeto teve como foco a realização de atividades que abarcaram experiências coletivas e pessoais das mulheres, de modo que puderam refletir e transformar situações opressoras vivenciadas.

Essas questões indicam que produção identitária e de reconhecimento como trabalhadoras passava pelo reconhecimento de si a partir de determinado cenário disponível e que se apresentava como fundamental para a transformar situações opressoras vivenciadas pelas mulheres. Como problematizado por Foucault (2013, p. 283), a relação com as normas na produção do ser humano como um sujeito, ao invés da descoberta de quem somos, instiga "recusar o que somos", no sentido de "promover outras formas

⁸ "O Graal é um movimento internacional de mulheres cristãs. Teve início na Holanda em 1921, a partir de um grupo de estudantes da Universidade de Nimegue. Em Portugal, o Graal existe desde 1958. Em termos de personalidade civil, o Graal tem em Portugal o estatuto jurídico de 'associação de carácter social e cultural'; em termos eclesiais, é um movimento de apostolado leigo, internacionalmente reconhecido como tal" (KONING, 1986, p. 827).

de subjetividade [...]."

Como representativos de um debate historicamente localizado sobre "Mulheres em Portugal" e potencializado pelo Colóquio, os três textos, a partir de seus respectivos escopos, fizeram ecoar experiências de mulheres imbricadas nas/pelas relações com a família, casa, terra e trabalho. Na medida em que as condições históricas, socioeconômicas, culturais e subjetivas não são equiparáveis, embora não nomeada, é possível considerar que a questão interseccional se colocou como mote nas comunicações, pelo fato de que promoveram visibilidade a modos de vida e existências que estavam à margem, em lutas pelos direitos das mulheres.

Situação semelhante pode ser identificada no *Colóquio A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais*, realizado em Coimbra no período de 20 a 22 de março 1985, no mês seguinte ao Colóquio de Lisboa, e organizado pelo Instituto de História Econômica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tendo como Comissão Organizadora António de Oliveira, Maria Helena da Cruz Coelho, Rui de Ascensão Ferreira Cascão, Leontina Domingos Ventura, Guilhermina Maria Nunes Martins da Mota, Fernando Taveira da Fonseca e Irene Maria Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas (Professores e Assistentes do referido Instituto). A "Acta do Colóquio", publicada no ano de 1986, foi organizada em dois volumes, e os textos das comunicações somaram um total de 49, sessão de abertura e conclusões do Colóquio. No volume I, as comunicações foram agrupadas a partir de dois grandes temas: 1) A mulher e a família (11 textos); 2) A mulher e o trabalho (11 textos). No Volume II, em quatro grandes temas: 1) A mulher e a literatura (7 textos); 2) A mulher e a religião (4 textos); 3) Papéis e valores femininos (13 textos); 4) A mulher e a política (3 textos).

No bloco "A Mulher e o Trabalho", que integra o Volume I, foi publicado o texto intitulado *A mulher na agricultura da Região de Coimbra – breve análise da participação feminina na atividade agrícola*, de autoria de Maria de Lourdes Roxo Mateus (1986), que realizou o desenvolvimento

global da economia e as mudanças estruturais no setor primário, com ênfase no declínio da importância da produção agrícola, na mobilidade da população rural em busca de emprego e no êxodo agrícola, de modo a indagar: "Qual o lugar reservado à mulher nesta dinâmica transformadora? [...] Tender-se-á para a 'feminização' da população agrícola?" (MATEUS, 1986, p. 335-336). Como resposta, concluiu que "[...] em Portugal, a agricultura continua a ser uma atividade residual onde, de um modo geral, apenas permanecem as mulheres, e os homens, que, por razões diversas, não tiveram oportunidade de emprego noutros setores" (MATEUS, 1986, p. 347).

Cabe fazer menção ao texto das conclusões do Colóquio, escrito por Maria Helena da Cruz Coelho e Irene Maria Vaquinhas, em considerações relativas ao tema "A Mulher e o Trabalho":

[...] as comunicações fizeram ressaltar o papel activo da mulher tanto no campo como na cidade, nas suas múltiplas vertentes de trabalhadora agrícola, operária ou comerciante [...]. Numa análise temporal, em evidência ficaram as continuidades e rupturas, desde uma desvalorização generalizada do trabalho e em particular do feminino, até à crescente importância assumida por essa mão-de-obra, em virtude da emigração (COELHO; VAQUINHAS, 1986, p. 448).

Outros eventos aconteceram e reuniram estudos sobre mulheres a partir de diferentes temáticas e áreas do conhecimento na última metade da década de 1980, no âmbito do protagonismo da então Comissão da Condição Feminina. Destacamos, um seminário sobre as mulheres agricultoras, realizado entre os dias 29 e 30 de janeiro de 1987, em Caldas da Rainha, que teve a Acta publicada nos Cadernos Condição Feminina, número 22 do mesmo ano, com o título *Acta do Seminário Europeu – As Mulheres Agricultoras*.

O documento apresenta setes textos relativos à Sessão de Abertura. Inicia com o texto de apresentação do seminário pela Presidente da Comissão da Condição Feminina, Dra. Regina Tavares da Silva. Na sequência, as comunicações foram organizadas em quatro painéis temáticos: 1) "O papel e situação da mulher na agricultura portuguesa", composto por seis textos; 2) "O es-

tatuto social e legal da agricultora: empresária, familiar do agricultor e agricultora", composto por sete textos, envolvendo Portugal, França, Grécia e Itália, além de comunicações específicas sobre cooperativas, associativismo e discriminação salarial; 3) "A formação profissional das agricultoras: o real e o desejável", composto por seis textos, sobre Portugal, França e Espanha; 4) "As comunidades europeias e o estatuto das agricultoras", composto por dois textos. Após a apresentação dos textos relativos aos painéis, segue a Sessão de Encerramento, composta por sete textos, iniciando com o das conclusões do seminário pela presidente da Comissão da Condição Feminina, Dra. Regina Tavares da Silva. Por fim, nos apêndices, consta um texto com dados estatísticos sobre as mulheres agricultoras e trabalhadoras agrícolas.

No texto de apresentação, Dra. Regina Tavares da Silva (1987, p. 9) informou que o "[...] Seminário sobre 'As mulheres agricultoras' surgiu na sequência de uma sessão de informação sobre o Programa Comunitário para a Igualdade de Oportunidades promovido pela CEE em Lisboa em Maio de 1986." A proposta do Seminário veio ao encontro da necessidade de obtenção de informações sobre questões relacionadas às mulheres agricultoras, em grande parte ausentes, quando comparadas com outros setores econômicos. Inicialmente, as mulheres agricultoras portuguesas eram o foco e, posteriormente, ampliou-se para uma dimensão europeia, revelando preocupações nacionais e internacionais no tocante à questão. Em grande medida, os(as) autores(as) das comunicações estavam vinculados(as) a serviços direcionados a questões rurais e agrícolas, envolvendo trabalhadores(as). No âmbito específico das mulheres e da temática em Portugal, constaram 13 comunicações.

As comunicações abrangeram estudos específicos e relativos a mulheres na agricultura portuguesa, por regiões, na inter-relação com mudanças ocorridas no país nos anos de 1970 e de 1980. Aqui não será possível apresentar todas as comunicações e especificidades de cada região, em termos de agricultura e da participação

das mulheres, considerar situações em torno da "feminização da agricultura", da "igualdade de gênero" e da "formação profissional das mulheres", alinhadas às proposições temáticas dos painéis. O fenômeno da feminização da agricultura emergiu como uma das questões na base da subalternidade e da invisibilização de mulheres como trabalhadoras. Como representativo de um cenário, a questão foi focalizada nas comunicações de José Maria Cabral Ferreira (Técnico da Comissão de Coordenação da Região do Norte) e Isabel Rodrigo (Instituto Superior de Agronomia), respectivamente, apresentadas nos painéis 1 e 3.

Na comunicação "Sobre a situação e papel da mulher agricultora no norte de Portugal", José Maria Cabral Ferreira (1987) observou a escassez de informação sobre as mulheres e as atividades que desenvolviam e enfatizou uma dupla situação de discriminação, que permite argumentar sobre a centralidade da organização coletiva na construção e efetivação de direitos, a saber: "numa tal situação a mulher junta aos problemas da condição feminina todos os da condição problemática de agricultor(a) [...] Sozinha, sem organização, a mudança não é fácil" (FERREIRA, 1987, p. 46).

Ao longo da comunicação "As mulheres agricultoras, as transformações recentes na agricultura e a formação profissional", Isabel Rodrigo (1987, p. 60) associou a participação das mulheres nos últimos anos, sobretudo na agricultura familiar, "[...] à noção de 'feminização' da agricultura, que afinal reflecte a progressiva saída do homem do setor agrícola para outros sectores de actividade económica [...]", resultando em um acúmulo de tarefas para elas decorrentes da função de "substituição" em uma atividade econômica que se desvalorizava.

Questões de reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres e a igualdade no campo dos direitos se apresentaram no horizonte de ações que deveriam ser fomentadas. O texto de apresentação do Seminário (SILVA, 1987) instiga pensar sobre a construção de uma agenda política com foco nas mulheres agricultoras e na igualdade de gênero. Conforme se averiguou,

a demanda de uma agenda política indicava a garantia da igualdade legal e de fato. Na comunicação "O contributo e a participação da mulher na agricultura na Região Centro", inserida no Painel 1, Maria Luísa Ramalho Alves (Técnica da Comissão de Coordenação da Região Centro) chamou a atenção para "[...] a situação legal da mulher trabalhadora [...]" após a constituição de 1976 no tocante à efetivação dos direitos fundamentais e ao princípio da igualdade na questão do emprego (ALVES, 1987, p. 52). Pela análise de dados do Instituto Nacional de Estatística INE (1981), observou a participação superior das mulheres na agricultura, em comparação aos homens, na região Centro de Portugal, possivelmente atrelada ao fato de se tratarem de concelhos mais industrializados, propícios ao êxodo rural dos homens e substituição por parte das mulheres no trabalho agrícola, sendo que os dados de 1980 demonstraram que 71,3% das mulheres as quais desenvolviam atividades rurais "[...] pertenciam ao grupo de trabalhadores familiares e outros não remunerados" (ALVES, 1987, p. 53); quando remuneradas, na região Centro, o salário/dia por "jorna" era diferenciado por sexo, com uma variação de 50 a 80%.

A questão do reconhecimento das mulheres como trabalhadoras conduz ao acesso, em condições igualitárias, ao trabalho, incluindo formação profissional das agricultoras. A propósito da construção de (novos) saberes profissionais, há que se situar a reprodução das desigualdades de gênero, posto que o processo de "modernização" da agricultura, ao substituir o saber tradicional, privilegiou os homens na aprendizagem de novas formas de produção (RODRIGO, 1987, p. 159). Embora o foco da formação oferecida às mulheres fosse passível de problematização, como bem lembrou Rodrigo (1987, p. 157), "[...] num passado recente os conhecimentos divulgados nos cursos de formação profissional destinados à mulher agricultora tinham como horizonte a economia doméstica, isto é, a esfera da reprodução; hoje, nestes cursos emergem sobretudo temas relacionados à produção propriamente dita." Em torno da possível mudança em curso, a autora

fez importante registro sobre as alterações relacionadas às esferas econômicas e sociais, ao despertar do "Movimento Feminista" e da pauta "questão feminina" na agenda de organismos governamentais e administrativos.

A proposição de um evento sobre as mulheres agricultoras revelou uma preocupação com a produção do "estatuto social e legal da agricultora", como temática no Painel 2 e dado a ver ao longo das comunicações sobre a situação em Portugal. Maria Luís Bação (Técnica da Direcção-Geral de Segurança Social) focou na "Segurança Social e Protecção da Maternidade em Portugal"; Maria Ilda M. Gonçalves (Sindicato dos Empregados, Técnicos e Assalariados Agrícolas) evidenciou a "Discriminação Salarial". Também cabe mencionar que a construção de tal estatuto reunia demandas das mulheres e das agriculturas por elas desenvolvidas, marcadas por limites oriundos de modelos individuais de produção e pela necessidade de superá-los, por exemplo, pela organização de cooperativas e do associativismo, como ressaltaram Maria Manuela Pestana (Técnica do Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo) e Maria Teresa Ribeiro Teles (Agricultora – Representante da Confederação dos Agricultores de Portugal – CAP) em suas comunicações.

Na comunicação "O Estatuto das Mulheres nas Cooperativas", Maria Manuela Pestana (1987, p. 132) demonstrou que, pela participação em cooperativas, as mulheres se deslocavam de uma "posição expectante" para uma "actuação interventora". A participação das mulheres no setor cooperativo (na altura da comunicação elaborada pela autora, já era uma realidade em cooperativas de artesanato) possibilitava formas de organização e convivência, a construção de arranjos produtivos coletivos e experiências capazes de gerar fontes de subsistência e de não abandono da terra. Desse modo, manifestou a crença de que "[...] não é por acaso que em Portugal, como aliás em todo o mundo, as cooperativas estão entre as formas mais eficazes e mais significativas da participação das mulheres no processo de desenvolvimento" (PESTANA, 1987, p. 135).

Maria Teresa Ribeiro Teles (1987), agricultora e representante da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) – que iniciou as atividades em 1974, depois da Revolução de Abril –, em sua comunicação, intitulada "O associativismo", enfatizou a importância do associativismo nas estruturas agrícolas e a problemática da desunião entre agricultores e agricultoras, que persistia mesmo com a criação de associações. Em sua comunicação, remontou ao fato de que a CAP contava com um número significativo de agriculturas inscritas, corroborando a ideia de que não existia discriminação entre mulheres e homens na referida Confederação. Porém, considerou que as mulheres agricultoras têm problemas específicos advindos da necessidade de equilíbrio entre as atividades realizadas e fez a seguinte consideração:

Portanto, na nossa análise, existe sem dúvida 'espaço de manobra' para aquilo a que todas nós já chamamos o *Movimento das Mulheres Agricultoras de Portugal* e aproveito para a todas vós, agricultoras aqui presentes convidar a participar e engrandecer o trabalho que até agora já temos feito (TELES, 1987, p. 142).

Esse pronunciamento não autoriza dizer da existência de um movimento organizado de mulheres agricultoras, contudo permite localizar o debate no domínio da necessidade de organização coletiva, demonstrando que se tratava de uma demanda comum às mulheres agricultoras e como tal deveria ser encaminhada. A inscrição de mulheres em uma associação da agricultura como a CAP, mesmo que se desconhecem as condições de participação, de certa forma, confirma investimentos na construção do que se nominou como Estatuto Social e Profissional das Agricultoras em Portugal. É importante ponderar que a criação de associações específicas da agricultura no período consolidava a confluência de forças em lutas por transformações políticas mais amplas no país, com foco no desenvolvimento da agricultura portuguesa, embora se possa questionar os modelos agrícolas em questão e como poderiam contribuir para o reconhecimento de mulheres como trabalhadoras rurais em diferentes relações de trabalho. No caso da CAP,

por exemplo, a atuação estava "orientada para a defesa dos produtores-empresários de média e grande dimensão" (HESPANHA; CALEIRAS, 2000, p. 42).

Diante do quadro descrito, destacamos que a organização coletiva na luta pela produção e representação de sujeitos, no sentido do reconhecimento de atividades realizadas pelas mulheres em contextos rurais e do reconhecimento de mulheres como trabalhadoras rurais implica, centralmente, considerar regimes e relações específicas de trabalho. Como construções discursivas, gênero e classe se articulam para agenciar desigualdades entre mulheres trabalhadoras (evocando a heterogeneidade de classes, como exemplo) e entre outros marcadores que se inter cruzam na produção da invisibilidade profissional. Em tal direção, diferenças entre mulheres e homens são construídas e naturalizadas em relações de trabalho, instituem atividades de maior ou menor valor, posições hierárquicas e de subordinação feminina face ao universal masculino do sujeito trabalhador.

Considerações finais

Ao longo do texto, buscamos analisar condições de possibilidade da produção e do reconhecimento identitário e profissional das mulheres como trabalhadoras em contextos rurais e agrícolas. Dos materiais reunidos e analisados, sobressaíram aspectos de desvalorização de agriculturas que se relacionavam à produção para a subsistência familiar e de natureza complementar, em grande medida realizada pelas mulheres. Como uma das questões centrais, a feminização da agricultura, antes de representar a valorização das atividades realizadas pelas mulheres, emergiu como parte do processo de deslocamento populacional masculino (para outros países e entre regiões do próprio país) e de marginalização socioeconômica da própria agricultura.

Como demonstraram alguns dos estudos, atividades na agricultura foram mantidas por mulheres em condições precárias e, em muitos casos, dependentes economicamente de outras

fontes de renda, advindas de atividades externas à agricultura, realizadas por elas ou por outras pessoas da família. Essas situações impuseram limitações ao reconhecimento profissional de mulheres e de homens como trabalhadoras(es) agrícolas, na medida em que colocaram em questão a própria agricultura desenvolvida em termos de desvalorização monetária e de valorização de outros setores da economia. Por efeito, a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, o êxodo de populações rurais e o emprego da força de trabalho em outros setores econômicos (no próprio país ou fora dele) devem ser analisados em contextos de luta pela sobrevivência pessoal e coletiva.

Os Colóquios e o Seminário citados evidenciaram temáticas envolvendo mulheres portuguesas, reuniram e oportunizaram a socialização de estudos que denunciaram a invisibilidade do trabalho realizado em condições marginais, vivenciadas em diferentes regiões rurais de Portugal, de modo a construir uma identidade e fortalecer a luta por reconhecimento profissional. Por meio do Seminário As Mulheres Agricultoras Portuguesas, de forma direcionada e específica por região, foram visibilizadas desigualdades de gênero e situações laborais socioeconomicamente marginalizadas, oportunizando problematizá-las a partir da interlocução necessária entre campos de conhecimento.

Consideramos que os estudos/eventos acadêmicos e governamentais, realizados nas décadas de 1980 e 1990, foram potentes na construção e no reconhecimento da identidade trabalhadora rural em Portugal, pois, ao pautarem agendas políticas abrangendo estudos sobre mulheres, problematizaram condições de trabalho e a invisibilidade de atividades desenvolvidas por elas na agricultura, como também contribuíram para difundir demandas por direitos das mulheres em conjunturas de desigualdades de gênero. Por fim, como sugestão de estudo futuro e de maior abrangência, seria relevante analisar efeitos das práticas/lutas aqui identificadas em período mais recente, de modo a dimensionar um contexto mais atual de pesquisas sobre o tema.

Referências

ALVES, Maria Luísa Ramalho. O contributo e a participação da mulher na agricultura na Região Centro. *Cadernos Condição Feminina*, Lisboa, n. 22, p. 51-68, 1987. Acta do Seminário Europeu – As Mulheres Agricultoras, realizado entre os dias 29 e 30 de janeiro de 1987, em Caldas da Rainha.

BAÇÃO, Maria Luís. Segurança social e protecção da maternidade em Portugal. *In: Acta do Seminário Europeu – As Mulheres Agricultoras*, realizado entre os dias 29 e 30 de janeiro de 1987, em Caldas da Rainha. *Cadernos Condição Feminina*, Lisboa, n. 22, p.121-125, 1987.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. A agricultura e a questão da terra – do Estado Novo à Comunidade Europeia. *Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. XXIX, n. 128/4, p. 907-921, 1994.

BARROS, Afonso de. Modalidades de pequena agricultura. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 7-8, p. 111-134, 1981.

BARROS, Afonso de; MENDES, Fernando Ribeiro. Formas de produção e estatutos de trabalho na agricultura portuguesa. *Análise Social*, Lisboa, v. XIX, n. 75/1, p. 57-78, 1983.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas-SP, n. 26, p. 329-376, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 out. 2019.

BUTLER, Judith. *Deshacer el Género*. Barcelona: Paidós, 2006.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo". *Cadernos Pagu*, Campinas-SP, n. 11, p. 11-42, 1998.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. *In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecilia Acioli (org.). Traduições da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: Editora Mulheres: EdUFSC: EdUFAL, 2017, p. 692-716.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Texto para discussão nº 621. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 1999.

CARNEIRO, Maria José. "Rural" como categoria de pensamento. *Ruris*, [S. l.], v. 2, p. 9-88, mar. 2008. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/ceres/2008-maria_carneiro.pdf. Acesso em: 24 out. 2022.

CAVACO, Carminda. A agricultura a tempo parcial como "factor de estabilidade e de paz social" em Portugal. *Finisterra*, [S. l.], v. XX, n. 39, p. 47-107, 1985.

CAVACO, Carminda. A mulher na agricultura portuguesa [Comunicação]. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE AS AGRICULTURAS DA EUROPA MEDITERRÂNEA, 1981, Madrid. *Anais* [...]. Madrid: Centro de Estudos Geográficos, Estudos de Geografia Humana e Regional B4, 12 e 13 maio 1981a.

CAVACO, Carminda. A pluriactividade na pequena agricultura portuguesa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 7-8, p.171-193, 1981b.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José G. da; STOLCKE, Verena (org.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.133-163.

COELHO, Maria Helena da Cruz; VAQUINHAS, Irene Maria. Conclusões do Colóquio. In: COLÓQUIO A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA: VISÃO HISTÓRICA E PERSPECTIVAS ACTUAIS, 1985, Coimbra. *Actas* [...]. Coimbra: Instituto de História Económica e Social: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986. v. 1. p. 447-449.

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÊNERO – CIG. Presidência do Conselho de Ministros. *Igualdade de Género em Portugal 2012*. Lisboa: CIG, 2013.

CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. *Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco*. 2004. 188 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004.

FERREIRA, José Maria Cabral. Sobre a situação e papel da mulher agricultora no norte de Portugal. *Cadernos Condição Feminina*, Lisboa, n. 22, p. 39-50, 1987. Acta do Seminário Europeu – As Mulheres Agricultoras, realizado entre os dias 29 e 30 de janeiro de 1987, em Caldas da Rainha.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2005.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert Lederer; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 273-295.

FOUCAULT, Michel. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria, psicanálise*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

GONÇALVES, Maria Ilda M. Discriminação salarial. *Cadernos Condição Feminina*, Lisboa, n. 22, p. 145-148, 1987. Acta do Seminário Europeu – As Mulheres Agricultoras, realizado entre os dias 29 e 30 de janeiro de 1987, em Caldas da Rainha.

HESPANHA, Pedro; CALEIRAS, Jorge. Mal-estar, conflitualidade e violência no mundo rural português. A crise dos anos 90. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.57/58, p. 25-51, 2000.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 37, n. 132, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?-format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 out.2022.

KONING, Marijke de. Da palavra à acção – história de um processo de conscientização de mulheres. *Análise Social*, Lisboa, v. XXII, n. 92-93/3 e 4, p. 825-852, 1986.

LIMA, Aida Valadas de. Velhos e novos agricultores em Portugal. *Análise Social*, Lisboa, v. XXVI, n. 111/2, p. 335-359, 1991.

MATEUS, Maria de Lurdes Póvoa da Fonseca Roxo. A mulher na agricultura da Região de Coimbra – breve análise da participação feminina na atividade agrícola. In: COLÓQUIO A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA: VISÃO HISTÓRICA E PERSPECTIVAS ACTUAIS, 1985, Coimbra. *Acta* [...]. Coimbra: Instituto de História Económica e Social/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986. v. I. p. 335-349.

MATEUS, Maria de Lurdes Póvoa da Fonseca Roxo. *Campos de Coimbra: do rural ao urbano*. 2009. Dissertação (Doutoramento em Geografia) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.

MONTEIRO, Rosa. *A emergência do feminismo de Estado em Portugal: uma história da criação da Comissão da Condição Feminina*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), 2010.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

NOGUEIRA, Conceição. *Um novo olhar sobre as relações sociais de género: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

O'NEILL, Brian Juan. *Proprietários, lavradores e jornalistas: desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978*. Lisboa: Dom Quixote, 1984. (Coleção Portugal de perto, 7).

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. In: PAULILO, Maria Ignez. *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016. p. 183-219.

PAULILO, Maria Ignez. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. In: PAULILO, Maria Ignez; SCHMIDT, Wilson (org.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 15-38.

PESTANA, Maria Manuela Pestana. O estatuto das mulheres nas cooperativas. *Cadernos Condição Feminina*, Lisboa, n. 22, p. 131-135, 1987. Acta do Seminário Europeu – As Mulheres Agricultoras, realizado entre os dias 29 e 30 de janeiro de 1987, em Caldas da Rainha.

RIBEIRO, Manuela. Tomando a dianteira: mulheres e emigração em regiões desfavorecidas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 50, p. 167-182, 1998.

RIBEIRO, Maria Manuela Macedo Ribeiro. *Estratégias de reprodução socioeconômica das unidades familiares camponesas, em regiões de montanha (Barroso, 1940-1990): um estudo de sociologia em que as mulheres também contam*. 1992. Dissertação (Doutoramento) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 1992.

RODRIGO, Isabel. As estatísticas e o trabalho feminino. *Estudos de Economia*, [S. l.], v. 3, p. 321-356, 1985.

RODRIGO, Isabel. As mulheres agricultoras, as transformações recentes na agricultura e a formação profissional. *Cadernos Condição Feminina*, Lisboa, n. 22, p. 157-163, 1987. Acta do Seminário Europeu - As Mulheres Agricultoras, realizado entre os dias 29 e 30 de janeiro de 1987, em Caldas da Rainha.

RODRIGO, Isabel. Feminização da agricultura. *Análise Social*, Lisboa, v. XXII, n. 92-93/3 e 4, p. 643-652, 1986.

RODRIGO, Isabel. La femme rurale, l'Europe et le futur. *Les Cahiers du GRIF*, v. 48, p. 131-140, 1994.

SALVARO, Giovana I. J. *Entre a igualdade e a diferença: mulheres camponesas em lutas de gênero*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil, 2010.

SILVA, Maria Regina Tavares da. Estudos sobre as mulheres em Portugal: um olhar sobre o passado. *Exæquo*, [S. l.], n. 1, p. 17-28, 1999.

SILVA, Maria Regina Tavares. Apresentação do Seminário pela Presidente da Comissão da Condição Feminina. *Cadernos Condição Feminina*, Lisboa, n. 22, p. 9-12, 1987. Acta do Seminário Europeu - As Mulheres Agricultoras, realizado entre os dias 29 e 30 de janeiro de 1987, em Caldas da Rainha.

TAVARES, Maria Manuela Paiva Fernandes. *Feminismos em Portugal (1947-2007)*. 2008. Tese (Doutorado em Estudos sobre as Mulheres – Especialidade em História das Mulheres e do Gênero) – Universidade Aberta, Lisboa, 2008. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1346/1/Tese%20de%20doutoramento%20Manuela%20TavaresVF.pdf>. Acesso em: 9 mai. 2019.

TELES, Maria Teresa Ribeiro. O associativismo. *Cadernos Condição Feminina*, Lisboa, n. 22, p. 141-143, 1987. Acta do Seminário Europeu – As Mulheres Agricultoras, realizado entre os dias 29 e 30 de janeiro de 1987, em Caldas da Rainha.

WALL, Karin. A divisão sexual do trabalho na agricultura: elementos para o seu estudo. *Análise Social*, Lisboa, v. XXII, n. 92-93/3 e 4, p. 661-668, 1986.

WALL, Karin. A Outra Face da Emigração: estudos sobre a situação das mulheres que ficam no país de origem. *Cadernos Condição Feminina*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, n. 14, p. 1-48, 1982.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth B. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 155-183.

Giovana Ilka Jacinto Salvaro

Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, SC, Brasil; com pós-doutorado pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCE-UP), em Porto, Portugal. Professora da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), em Criciúma, SC, Brasil.

Maria da Conceição de Oliveira Carvalho Nogueira

Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Minho, em Braga, Portugal. Professora Associada com Agregação na Universidade do Porto, Programa Doutoral de Psicologia da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCE-UP), em Porto, Portugal; diretora e professora do Programa Doutoral em Sexualidade Humana da FPCE-UP, em Porto, Portugal.

Endereço para correspondência

Giovana Ilka Jacinto Salvaro
Universidade do Extremo Sul Catarinense
Av. Universitária, 1105, Bloco da Biblioteca, sala 15
Bairro Universitário, 88806-000
Criciúma, SC, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela SK Revisões Acadêmicas e submetidos para validação das autoras antes da publicação.